

DISCURSO DE PARANINFO

Prof. MANOEL PINTO DE AGUIAR

Meus caros afilhados e companheiros.

Por esta época, anualmente, sob o signo alácre das festividades comemorativas do crepúsculo e do dealbar de um velho e de um novo ano, um bando gárrulo de jovens deixam as nossas Universidades, numa esperançosa revoada rumo a um mundo que se lhes apresenta acolhedor e amplo, promissor e livre.

É esta atitude que empresta, tradicionalmente, uma feição gratulatória às orações de paraninfia. Devem elas ser jogos florais de conceitos éticos, de conselhos deontológicos, de recordações amáveis e de votos de felicidade. Saudades lilazes, entremeadas das rubras alegrias da vitória conquistada, circundadas dos verdes veronescamente ricos das esperanças.

Para o velho mestre, que durante três anos conviveu convosco, ministrando não apenas um escasso cabedal de conhecimentos teóricos e de práticas metodológicas, mas buscando estimular em vós o amor à nossa profissão, menos pelo que nela haja de individualmente satisfatório, do que de coletivamente necessário, esta é mais que uma festa de despedida, e estas palavras mais que um registro efusivo do momento presente. É uma hora de afirmações, quanto a certas perspectivas do mundo no qual ides atuar e da sociedade, à qual ides servir; e estas palavras, um esboço de roteiro da vossa missão.

Ides ingressar, meus queridos afilhados, num mundo em crise, porque em transição. Não há, nem deve haver, temor, em afirmar-se que a nossa época é de crise e de transição, porque em tais épocas é que mais se afirmam e engrandecem os homens de inteligência criadora. São elas períodos de ajustamentos, dolorosos e muitas vezes sangrentos; mas também oferecem as imensas possibilidades da reconstrução e da reorganização. E quando estas se processem no sentido do melhor, então a crise necessária foi redentora e útil, e apresenta-se ao feito de ponte de ligação entre um passado, já anacrônico, e um futuro prenhe de oportunidades. Não há e não deve haver, pois, medo no falar em crise, porque o perigo está, antes, em ignorá-la ou negá-la.

Para aqueles a quem o anterior estado de cousas, a ordem vigente no ôntem, satisfazia aparentemente anseios e aspirações limitadas, aquela é a atitude ideal. Ignorando-a, poderão demorar o instante fugidio do tempo que se lhes escorre por sob os pés, e perdurar no irreal mergulho em uma atmosfera de devancio, cujas fimbrias já lhes atingem os corpos, em breve descobertos ao cru ensolejar do novo dia. Ou, vendo chegar os tempos novos, rutilos e vibrantes, pejados das promessas de um calendário diferente, opino como dia de vindima, negá-la com a obscura teimosia dos eternos ilusos, que acreditam possuir os mágicos poderes do bíblico Josué.

Ignorar ou negar, entretanto, o anacronismo temporal ou espacial da estrutura passada, e o advento da nova realidade, não é apenas uma atitude de cândida inciência ou de teimosa resistência, porém, mais que isto, a perniciosa posição de recusar e repelir o fecundo poder de atuar, para orientar as forças que acorrem, no sentido de adequá-las aos objetivos superiores da felicidade humana, numa plástica ordenação que reduza as asperezas dos choques, da viagem dos contrastes, e as amarguras da incompreensão.

É, pois, muito mais útil, sôbre ser mais digna, a posição dos que reconhecem a crise advertida, e aceitam corajosamente o destino, talvez heróico, de nela viver, de nela criar e de nela realizar-se.

PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA

Quando voltamos as vistas para o passado mais remoto ou mais mediato, descortinamos todo um conjunto de povos e civilizações que por aquí passaram, deixando cada qual a sua mensagem e o seu legado; e que desapareceram, para que das suas cinzas despontassem novas sociedades e novos estados.

Este espetáculo, dos mais grandiosos quadros que a pesquisa histórica e arqueológica põem a serviço da imaginação humana, alimenta de certo modo a crença no determinismo cíclico, de uma curva de nascimento, apogeu e morte das culturas, que regeria como lei imanente, o evoluer da história da humanidade; crença responsável pela formulação da teoria das três idades, de Vico: a divina, a heróica e a humana; da morfologia histórica de Spengler: alma apolínea, alma faústica e alma mágica; e mesmo, sob certo angulo, das três «épocas», de Comte: teológica, metafísica e positiva, conquanto a serviço de uma concepção linear de progresso indefinido. E à qual André Pietre traz a sua contribuição de cunho econômico, na hipótese das três idades, nas quais as sociedades hu-

manas se caracterizariam. sucessivamente, por uma economia subordinada, independente ou dirigida.

Tôdas estas seriam perspectivas segundo as quais o homem, pobre grão de areia incorporado à inmensurável massa das brancas dunas, funcionaria como mero componente molecular de um corpo dirigido por fôrças estranhas e indomináveis. Restar-nos-ia, então, face, a esta realidade suprahumana, uma humilde e silente atitude de aceitação e capitulação em face do todo, a justificar, mesmo assim, ainda e talvez, uma luta pela acomodação do individual dentro do gregário, nas melhores condições para realizar os seus possíveis anseios de felicidade pessoal.

Parece entretanto, que tôdas estas filosofias da história se encontram em demasia influenciadas pela natureza intrínseca do seu processo específico, e vivem debruçadas sôbre um passado cronològicamente mais amplo, o qual, por suas dimensões, tornaria válidas as hipóteses de que o futuro assistirá os corpos sociais marchando com as mesmas formações, e desenvolvendo-se com as mesmas estruturas, do passado.

Tôdas as tentativas de reinterpretação do fenômeno histórico, por mais ousadas e criadoras, e por mais ricas e informadas, reduzir-se-iam, dentro dêstes critérios, às limitadas proporções da surrada afirmativa de que a história se repete.

Creio, sinceramente, que esta atitude saudosista de mulher de Loth, — a excessiva tentação de voltar os olhos, preferencialmente, para o passado mais remoto, — tem, pelo menos nos últimos anos, trazido à História o bíblico castigo de uma limitação de perspectivas, reduzindo as suas possibilidades dinâmicas.

É a análise econômica, entretanto, que aplicada à História, talvez vá proporcionar à sua filosofia — pelo seu próprio instrumental, pela riqueza de informação factuel dos anos mais recentes, e por isso polarizando a atenção do historiador em lôrno dos tempos contemporâneos, — uma nova técnica que lhe permita libertar-se do círculo de ferro dessa atitude abúlica, e de certo modo melancólica, para lhe abrir à visão novos horizontes, mais afirmativos e mais promissores.

Quando arqueólogos e pesquisadores das passadas eras e civilizações, trazem à luz novos elementos informativos quanto à vida dos povos dêstes dias longínquos, alguns até há pouco ignorados e outros quase desconhecidos, admiram-se com encontrarem vestígios de certas formas e atividades econômicas que, pela sua semelhança com outras tantas, atuais, os levam a generalizações um tanto precipitadas, de que tais culturas

teriam conhecidos típicos estágios de economia mercantil e industrial, idênticos aos dos nossos dias. É evidente que a expansão demográfica, nos transitórios períodos de paz que a antiguidade conheceu, tendo resultado em alguns adensamentos urbanos, e em certa divisão de trabalho social, levaria tais gentes a uma economia de mercado, que teria de utilizar certos processos e instituições que são como que embriões de práticas e signos modernos.

A verdade, porém, é que, não somente a Humanidade jamais atingiu as Proporções numéricas que passaria a ter no último século e meio, e isto em ritmo crescentemente acelerado — mas nunca as tarefas de especialização de trabalho atingiram uma tal profundidade que tornasse tão complexas e interdependentes as relações e os povos, como em nossos dias.

É que um elemento novo introduziu-se no processo de crescimento, não apenas de produção, mas de distribuição e de consumo, indo, das invenções que permitem o acréscimo do volume de bens produzidos, aos métodos de organização, de promoção, de racionalização, que culminariam com a automação contemporânea, para referir apenas o econômico. Este elemento é o conhecimento científico e a tecnologia.

E neste sentido, mais específico pode afirmar-se que as civilizações à luz da menor ou maior interferência consciente do homem na organização social, bem se poderiam qualificar em paleotécnicas e técnicas.

Embora durante século e meio, se tenham cantado em prosa e verso as maravilhas das descobertas científicas, em todos os domínios do humano, do extra e do metahumano a ponto de por um lado, se ter acreditado nas possibilidades de organizações políticas puramente tecnográficas, e, por outro lado, terem caído, qual outras muralhas de Jericó as barreiras que nos constringiam a certos limites tidos como insuperáveis, tais a lei da gravidade, a velocidade do som, e mesmo a da luz, a verdade é que ainda não nos demos conta, ou só agora nos vamos dando, de tôdas, ou das mais importantes, implicações das incorporações tecnológicas nas relações sociais, e, conseqüentemente, nas perspectivas da vida coletiva em futuro próximo.

Os mais recentes estudos e análises dinâmicos do processo econômico, à base das macroestatísticas que se vêm acumulando, começam a indicar que a civilização em que estamos vivendo, buscando o seu ponto de equilíbrio através de crises, dolorosas, certamente, mas igualmente redentoras, contará,

talvez, na Tecnologia e na ciência aplicada, não apenas no domínio das cousas físicas, mas também no das relações humanas, com elementos de perpetuidade, com os quais não contaram as civilizações passadas. E que, portanto, aquelas perspectivas já não podem ser informadas, para a previsão dos fatos históricos, tão somente pela remota sequênciã de acontecimentos mais longínquos, que constituem a urdidura da saga de nascimento, avanço, recuo e desaparecimento, dos Povos antes de nós aqui acampados.

É possível que a resposta imperativa de nossa idade ao desafio do crepúsculo imperativo das civilizações, constante no passado das sociedades antigas e modernas, mais se aproxime da espiral goethiana, e da teoria de Herder, dos tempos superpostos tendentes a bases mais duráveis, do que da simples substituição dos círculos concêntricos.

Teria o homem encontrado então, o mágico elixir da imortalidade das culturas, mediante a capacidade racional de conduzir acontecimentos que, até então, estavam entregues à mera força reguladora de leis automáticas e mecânicas, imanentes ao processo histórico. Estariamos, assim, assistindo um momento de redenção no qual o homem, evadindo-se de um triste e milenar cativo de sujeição ao domínio de forças cegas, passaria a dirigir os seus próprios destinos em termos racionais e consciente.

Tal afirmativa, nem mesmo se poderá condenar do ponto de vista ético-religioso, como uma manifestação de orgulho humano, merecedor, qual projeto de construção de nova Babel, de salutar castigo, pois poder-se-á responder que esta afirmação da capacidade do homem para reger a sua vida terrena, seria uma resultante da própria dignidade da razão humana, em última análise dote e graça da Providência, para quantos acreditam na fonte divina do quanto registra a criação.

A NOVA ATITUDE

O panorama geral do mundo contemporâneo apresenta esta singularidade, dantes não registrada, de que, assenhoreado o globo, por todo êle há povos que evoluem, uns mais, outros menos, porém todos avançando no sentido de mais dignidade para a vida humana, pela redução, e até pela eliminação, da miséria, da ignorância e da doença.

Daí êste crescimento quase vertiginoso da população mundial que, partindo em 1850 de um bilhão de seres, atinge um século depois mais de dois bilhões e meio, desenhando-se como de três e meio bilhões lá para o fim do nosso século. E, para-

lamente, daquele quadro de penúria, de alta mortalidade endêmica ou epidêmica, de culturas aristocratizadas, vigente até há pouco, por um outro quadro, de luta por uma melhoria das condições de existencia, tão generalizada e empolgante que já atinge as proporções de uma «boa consciência» universal, a qual, se ainda não as criou inteiramente, é indicativa de que, em breve, bem diversa será a realidade.

Utopia, dirão muitos, mas a utopia é um fator de avanço, pelo seu contexto de inconformismo e de revisão permanente.

Neste processo de transformação, entretanto, acumulam-se os pontos de estrangulamento, na provisão de recursos naturais e humanos e de instituições; gargalos que ameaçam o desenvolvimento, em equilíbrio, desta nova etapa da civilização. Importa, pois, removê-los.

Se, para os primeiros, os técnicos chamados serão os homens das ciências exatas, engenheiros e arquitetos, geólogos e químicos, médicos e físicos, biólogos e metalurgistas, caberá a remoção dos segundos aos homens das ciências humanas, sociólogos e políticos, psicólogos e economistas.

A esta altura, e diante do reconhecimento desta realidade, é que surgem as novas linhas de atuação dêste grupo de cientistas sociais que, recusando a posição um tanto mecânica de trazer para o seu campo a natureza e os métodos daquelas outras ciências, que as antecederam nas conquistas espetaculares, afirmam-se como capazes de prestar ajuda, valiosa e positiva, na construção do novo mundo em elaboração.

Particularmente no campo da economia, esta nova atitude é assinalada, sobretudo, pelas alturas da década de 30, no século atual, quando a tremenda crise de 1929 assumira proporções tais que parecia a vida econômica fugir àquela conjuntura cíclica, que muitos autores vinham aceitando como um processo normal de ajustamentos periódicos, através de um complexo de «leis naturais», num regimen de mercado livre e de economia liberal, ajustamentos que, afirmava-se, deveriam processar-se com um mínimo de interferência humana deliberada, uma vez que esta, subvertendo aquela ordem natural, que Bastiat proclamava harmônica, somente ocasionaria distorções, mais nocivas que a própria nocividade das recomposições automáticas.

A partir daquela época, verificado que a esfera da ação dêste automatismo regulador estava acarretando trágicos sofrimentos — incomportáveis em face dos recursos técnicos de que o homem já dispunha — a dezenas de milhões de seres, a economia assume uma posição francamente finalista, abandonando

a beleza abstrata da teoria pura, a que a escola matemática dera sua perfeição máxima, e a escola psicológica proporcionara as subtilezas do casuismo individual e das tendências do comportamento social.

Isto iria permitir que se eliminasse aquela dicotomia, iniciada há duzentos anos, quando as primeiras tentativas de explicação teórica macroeconômica da fisiocracia e da escola clássica, justificadoras da atitude absenteísta, se antepuzeram às correntes do intervencionismo, do socialismo utópico ou científico, da economia nacional, cooperativa, corporativa, sindicalista, etc. E voltasse a teoria econômica a encontrar o seu denominador comum na necessidade e na utilidade, hoje reconhecidas por uns e por outros, de orientar o homem as decisões políticas no sentido de interferir no domínio das relações e dos fenômenos econômicos, para pô-los ao serviço daquilo que passou a ser o objetivo comum de tôdas as sociedades, capitalistas ou socialistas: o pleno emprêgo e a elevação dos níveis de renda, instrumentos de organização de uma economia de abundância e estabilidade, bases únicas sobre as quais é possível conceber-se uma civilização saudável, feliz e digna.

Teríamos atingido assim, pelo aumento do corpo da sociedade, através da incorporação das massas no campo social e político, e das técnicas no campo econômico, aquela «idade consciente» de uma necessidade de coordenação reflexiva de seus elementos, uma visão, de certo modo escatalógica, das perspectivas futuras, quaisquer que sejam as inspirações destas perspectivas, as puramente materialistas ou as essencialmente espiritualistas, e quaisquer que sejam os seus processos de intervenção, éticos, políticos, econômicos ou psicológicos.

LIBERDADE E PLANEJAMENTO

A evolução da polis à urbs, da civitas à civilitas, com as implicações da ordenação de uma civilização altamente urbanizada, profundamente penetrada do econômico, e altamente influida pelo tecnológico, demandaria novos tipos de formulação teórica para solução de seus problemas práticos.

E destes, o maior, certamente, é o da adaptação do estilo de vida democrático, prático e teórico, no que êle possui do mais nobre, fecundo rico, que é o conceito de liberdade, às pactos agregados de enormes massas de sêres, os quais necessitam agir coordenadamente, mas não pretendem, com isto, servir despersonalizadamente.

O problema, pois, é de conciliação entre liberdade e organização, pois, se não podemos viver sem a segunda, não desejamos viver sem a primeira.

Até há pouco, o debate em torno desta nova formulação, tratava-se mais em termos de um dilema entre propriedade privada ou propriedade coletiva. E para muitos nestes termos ainda continúa. Contudo, dois fatores estão a reduzir as proporções deste dilema, que se tenta substituir pelo binômio de «liberdade na organização».

Consiste o primeiro destes fatores, na ampliação quase monstruosa da empresa moderna, a fim de atender a dimensões econômicas de competição, maiores ainda com a compactação dos grandes mercados, dimensões tais que limitam ou extinguem as possibilidades de um homem, ou mesmo de um grupo, realizar e dominar determinados ramos de atividades. Diante desta realidade, já se aceita como pacífica a ação supletiva do Estado na construção de certos setores econômicos. Investimentos de base como a recuperação de imensas áreas, e empreendimentos que excedem a capacidade da ação privada, pela grandeza do capital necessário, ou pela escassa rentabilidade inicial, estão sendo executados pelo Estado quaisquer que sejam suas formas políticas de organização. Para isto muito contribui, de um lado, a moderna concepção de justiça social taxando altamente as rendas particulares, reduzindo, portanto, a capacidade de acumulação capitalista em mãos de reduzidas camadas sociais; e do outro a própria noção contemporânea da natureza finalista do Estado que, de mero policiador de uma ordem natural, passou a criador de uma ordem social capaz de proporcionar bem-estar.

O outro fator é que o dilema, como opção em tais termos, apenas existe para limitadas frações da produção global, cuja esmagadora maioria, sendo de assalariados, pouca importância atribuiria à forma adotada pela propriedade dos bens de produção socializada ou privatista, desde que com esta, não fossem sacrificados os valores mais altos e mais estimados, entre os quais se coloca, fora de quaisquer dúvidas, a liberdade.

Aceito, pois, o novo enunciado do problema, haveria que decidir como encaminhar a transferência daquele dilema a este binômio.

Para aqueles que permanecem fiéis à velha concepção dos ajustamentos automáticos, a organização seria alcançada sem sacrifício da liberdade, mediante a regulação global da oferta e da demanda através dos preços livremente ajustados.

Inicialmente, isto importa na aceitação da permanência de ciclos de expansão e recessão, nos últimos dos quais teríamos que receber menos que o solicitado para que, sob o impulso

que receber menos que o solicitado para que, sob o impulso da escassez subsequente, estimuladas as atividades pelos novos níveis de preços em alta, voltássemos a receber o necessário, logo tornando presentemente supérfluo, tornássemos ao motu continuo, em linhas sinuosas, dos períodos de saciedade e das épocas de miséria.

Em segundo lugar, tais ajustes estariam delegados a forças alheias a decisões previamente elaboradas, uma vez que, para conservar o princípio de não intervencionismo, não se deveria formular nenhuma política capaz de, pela manipulação de certos fatores, influir neste ou naquele sentido, para evitar a ondulação cíclica. De modo que o homem, mesmo sabendo antecipadamente que teria de sofrer para gozar, resignar-se-ia à posição irracional de delegar a sua sorte ao imperio de forças cegas, robots fora de seu controle, vivendo este eterno suceder de dias e noites, tediosos e grisaceos, sem a esperança de uma aurora boreal de maior duração.

Tal atitude, que sobre ser contraditória com as próprias tendências do evoluer humano, em buscar de menor sofrimento, é profundamente humilhante pela capitulação implícita da dignidade humana em face de mecanismos automáticos julgados superiores, parece atualmente superada face às novas correntes que se afirmam, através de uma inteligência mais perfeita dos objetivos e dos processos do planejamento, até há pouco tão mal compreendido, ou só vislumbrado na sua forma de planejamento global, que repugna a muitos.

Tendo sido, inicialmente, o problema do planejamento colocado em termos de propriedade privada ou coletiva, passou a ser concebido apenas sob uma das suas formas, denominada centralizada, operando em países de estrutura política coletivista, com o que se criou a alternativa de: ausência de planejamento ou coletivismo.

Identificado o planejamento com determinado tipo de Estado, e gerando por isto uma atitude de opção obrigatória, entre a aceitação deste tipo ou a não aceitação do planejamento, eramos conduzidos por este raciocínio um tanto simplista, ao endeusamento saudosista de fórmulas liberais, não apenas insatisfatórias mas até inteiramente in comportáveis, por inafuantes, com o mundo complexo dos nossos dias.

Entretanto, antes da 2.^a Guerra Mundial, tanto as formas facistas italiana e alemã, como o arcabouço democrático da revolução Rooseveltana, esboçavam-se como tentativas de planejamento, sem a supressão total da propriedade privada; umas com sacrificio, outras com permanencia, do ideal que as

necessidades de resistência levaram a uma mobilização global da economia, só possível através do planejamento.

Com o seu término, aquele finalismo — começara a estar em voga, no caso da teoria econômica capitalista, depois de grande obra Keynes, tão impregnada de tal espírito, em defeza do mundo da propriedade privada, — tornária patente que tal indentificação redutora não existia, tornando-se mais difundido e preciso o conceito de planejamento, possível mesmo dentro de uma sociedade organizada em bases não coletivistas.

Já então se popularizara, também, o conceito da economia como uma ciência de opções face a uma escassez generalizada, de bens e serviços, em relação à demanda.

E como tôda opção implica em decisões de escolha, indagava-se, — e esta é a grande indagação do presente, — a quem caberia o poder de tomar tais decisões: às forças do automatismo, indomáveis, irrefreáveis, indirigíveis, mediante os ajustamentos periódicos dos seus entrec choques de interesses, nestes lapsos de decadência e de depressão; ou às forças racionais da inteligência, iluminadas pelo conhecimento teórico e pela experiência pragmática.

A partir de então, este passou a ser o equacionamento do problema, cuja solução parece residir na divisa de «Liberdade e Organização», base e essência do planejamento demo-

O PLANEJAMENTO DEMOCRATICO

«O planejamento tem em vista, dirá Landauer, uma coordenação mediata num esforço consciênte, em lugar de uma coordenação automática resultante do mercado, e feita por um órgão da sociedade. Por esta razão, o planejamento é uma atividade de caráter coletivo: a regulamentação das atividades individuais pela comunidade». Neste sentido, completa Bárbara Wootton, «o planejamento é escolha consciênte e deliberada de prioridades econômicas por alguma autoridade pública».

Todos aqueles que aceitam o planejamento como única forma possível de ordenação da sociedade contemporânea, bem compreendem a gravidade desta posição, que importa em transferir a competência de tais decisões do dominio do individual para o coletivo. Tal perigo, porém, é bem mais reduzido do que parece, pois, no mundo atual, o poder decisório, através do processo de trustificação, de monopolismo, de concentração de riquezas enfim, reside no poder econômico, assim compactado. Não é, pois, exercido por todos os indivíduos, os quaes possuem liberdade apenas legal para decidir; e sim por pequenos grupos privilegiados.

O planejamento, deve, pois, evitar que, ao se processar a transferência do poder decisório do irracionalismo das forças automáticas em ação, para o domínio do consciênte e do racional, não vá cair em mãos de grupos favorecidos ou aristocráticos, quaisquer que sejam as formas políticas do Estado; mas que sejam assegurados mecanismos de atuação, que façam da política econômica um instrumento de dignificação da vida humana.

Isto é possível, e deve ser feito, através das formas do planejamento democrático, no qual metas e processos são divulgados e difundidos, debatidos e discutidos, a fim de que se fixem dentro nas linhas da preferência daqueles para os quais é formulado. Se, nas etapas iniciais, tal debate implica nos retardamentos, nas incompreensões, nas deformações, oriundas e inerentes aos processos de discussão popular, enriquecem-se, simultâneamente, com as novas sugestões, corrigem-se com o reconhecimento de tendências pouco ou não conhecidas, e identificando-se com a vontade da maioria, recebem o caudal dinâmico da vontade e do assentimento daqueles que nêle vão atuar, tornando-o muito mais exequível e operoso.

Exigirá isto, é certo, uma participação muito mais ativa de todos no processo de direção coletiva da vida social. Mas não se diga, numa época de tão imensa politização, que se trata apenas de uma visão mirífica.

É claro que, muito mais cômoda, ainda para os desprotegidos e desfavorecidos, é a posição passiva e contemplativa de considerar as pessoas e as cousas como nos aparecem, aceitando-as como são, ao invés da atitude ativa e intervencionista de tentar modificá-las e articulá-las a serviço do homem.

Mesmo agora, quando, por todo o mundo, a palavra de ordem é planejar, ainda se sente o homem, na feliz imagem de Manheim, como aquêle aprendiz de feiticeiro de Goethe que, depois de ter saído de casa o seu mestre, conjurou os espíritos, e quando êstes apareceram exclamou aterrorizado: «Ó, porque não desaparecem?»

Mas, não nos cabe, no caso, opção ou escolha. São as circunstâncias do próprio mundo em que vivemos, que nos levam a esta peripecia de organizar para existir, o que somente através do planejamento é possível. Por não nos termos capacitado disto, continuamos numa atitude ambivalente e hesitante.

«De um lado enche-nos de orgulho o estar a inteligencia humana disposta a accitar o novo desafio e continuar de olhos fitos no futuro. Por outro, não nos abandona um certo sentimento de opressão e indagamos de nós mesmos se, no fundo, isto não será mais que uma aventura intelectual, um projeto

temerário do espírito moderno, decidido por si só a dirigir todo o curso da história social. Todos nós, mais ou menos, colocamo-nos em uma dupla atitude em relação ao planejamento, por bons olhos que lhe façamos, pois somos todos filhos de uma época de transição na qual se combinam duas espécies de motivos: a aversão do liberal a intervir em assuntos humanos, e a paixão pela experiência, tão característica de uma época social que necessita explorar novas possibilidades da Natureza humana».

Mas, uma vez comprovado que a popularidade do determinismo está fadada a diminuir em vista do número de controles sociais que cairão em nossas mãos, torna-se evidente que nestes tempos, não podemos ter uma concepção fatalista de nosso destino social, nem repelir a idéia do planejamento.

A resistência a aceitá-la continua, permanece ainda, sobretudo advogada por aquêles a quem o statu-quo favorece, no imediato, pois, mediatamente, bem sabemos não existir homem feliz numa comunidade em estado de miséria.

E o perigo reside, hoje, menos no planejamento, que se torna assim um instrumental de adequação gradativa e de impulso criador, do que nesta resistência que se reveste das formas de ideologia do contemporâneo, em contraposição à utopia necessária.

Pois, como muito bem o afirma um pensador baiano, «negando à razão a possibilidade de interpretar o mundo, especialmente, — no que nos importa aqui — o mundo histórico, político e social, o irracionalismo nega também a possibilidade de construir pela razão, um mundo ideal — uma utopia, em nome de cuja perfeição somente seria possível justificar a revolução».

Estamos aqui, face ao problema fundamental do mundo moderno, que é conciliar organização, justiça social e liberdade (formula de planejamento democrático) a fim de utilizarmos todo o imenso patrimônio de recursos que a técnica elabora, ou pode elaborar, colocando-se ao serviço da Humanidade.

E face a tal problema, senhores economistas, é que se agigantam as fecundas possibilidades do treinamento profissional que vides recebendo, e as imensas responsabilidades do papel que vos cabe na construção dêste admirável mundo novo, não aquêle da utopia satírica de Huxley, mas o legítimo, que os teóricos conhecimentos de vossa formação, a serviço do poder criador da razão e da imaginação, poderão edificar, com os prosaicos materiais postos pela natureza à vossa disposição, mas transformados, manipulados, e coordenados, pela força da inteligência e da cultura.

Porque a função do economista, do presente e do futuro, será a ativa e afirmadora posição de um condutor esclarecido e prudente, cômico de suas limitações, mas confiante em seu cabedal científico: a posição, enfim, de planejador.

Em prefácio a três ensaios reunidos sob o título de *The City Planning Education*, afirmativa ainda há pouco Perloff, diretor do Resources for the Future, Inc., uma das mais cultas expressões do pensamento norte-americano, a serviço de uma das mais altas expressões de sua vida cultural, que na qual é importante missão dos homens americanos de universidade, não apenas os de catedra, mas também os administradores, é a formação de planejadores idôneos e capazes. E, em cifras impressionantes, mostrava que os Estados Unidos não estavam conseguindo preparar sequer a metade dos profissionais deste tipo, de que precisavam.

País tido como o paraíso da livre empresa, e último reduto da pretensa economia liberal, esta selva selvagem onde, arnado dos preços, pretendem os homens combater numa arena de livre competição, tão amesquinhada pelos monopólios, oligopsonios e oligopólios, dão assim os Estados Unidos um testemunho de que andam de olhos abertos para a realidade contemporânea, dispostos a abandonar posições doutrinárias, tornadas anacrônicas pelo tecnicismo e pela dimensão das empresas, desde que isto se faça necessário para atender ao bem-estar do povo americano.

É que, depois de experiências como a New-Deal, que venceu tão perenemente a filosofia da vida do grande povo irmão, e das duras experiências da crise de 1929, e da guerra de 1939, sabem eles que aquele idílico mundo de harmonia natural não mais existe, se é que existiu algum dia.

Cae assim, ante a complexidade das relações econômicas do mundo contemporâneo, e face aos novos ideais de vida, mais impregnados de justiça e de eticismo, o pretenso baluarte do liberalismo econômico, imaginário apenas, pois os Estados Unidos sempre foram o berço do institucionalismo e do protecionismo, do intervencionismo enfim, na defesa de sua economia nacional.

O futuro pertence, pois, ao planejamento democrático, sublevando nos seus processos de formulações, discussão e execução, o intenso potencial de energia popular que, no passado, escreveu as mais épicas e maravilhosas páginas da civilização.

Ao descerrar, diante de vossos olhos, o mural em que, ao lado das sombras de apreensões e de dúvidas, repontam as cruas tintas da escassez e dos óbices, não pretendo influir-vos

receio ou timidez, pois que o mundo vos oferece, neste mesmo quadro, um campo de atuação maravilhosamente cheio de promessas magníficas, e de esperanças grandiosas.

É vossa a missão de transformá-lo, de arrancá-lo num gesto audacioso, a êste envólucro de trevas e devolvê-lo à luz.

Felizes, pois, vós outros, a quem a vida abre as largas perspectivas de uma posição atuante, inovadora e construtiva. em substituição àquele fatalismo, pessimista para os desfavorecidos, otimista para os beneficiados, mas, em qualquer hipótese, uma atitude de omissão e de aceitação passiva de um inelutável destino tecido por fadas ou parcas.

Para vos ajudar nesta missão, demo-vos, nós os vossos mestres, e a vossa Universidade, cada dia mais vibrante de legítima inquietação cultural, e cada dia mais participante na vida da nossa comunidade, o melhor dos nossos esforços.

Possam êles, unidos à ansia criadora da vossa esplêndida juventude, modelada no santuário doméstico dos vossos lares, dar-vos o contingente de experiência e de idealismo, tão necessário ao vosso papel no mundo cujo pórtico franqueais neste momento.

Ide, olhos fitos nos grandes espaços azuis cuja conquista se avizinha, pés firmes na terra que vos cumpre redimir, ide transmitir a vossa mensagem de afirmação, e contribuir para a organização, de um mundo de paz e de abundância, pelo qual sofre e espera há milênios tôda a Humanidade.